

IMPACTOS E DESAFIOS DAS REDES DE PESQUISA: O caso do observatório Nacional de Educação Especial

*Enicéia Gonçalves Mendes
Gabriela Tannús-Valadão
Sabrina Mazo D’Affonseca^(*)*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem havido um crescente interesse na noção de colaboração no campo científico, sendo senso comum pressupor que a colaboração em pesquisa é algo bom, e que deve ser incentivado. As numerosas iniciativas de colaboração tanto entre pesquisadores individuais quanto com grupos de pesquisa tem servido a vários objetivos, como, por exemplo, para centros mais inexperientes buscarem articulação com centros de excelência, para se ampliar o escopo multidisciplinar das investigações quando a agregação acontece entre pesquisadores de várias áreas, para se estreitar as relações entre ciência e tecnologia buscando maior impacto da pesquisa em setores econômicos ou nas políticas públicas sociais, ou mesmo visando a aumentar o nível de intercambio internacional entre centros de pesquisa de diferentes países. Entretanto, embora a colaboração em pesquisa seja uma realidade, pouca atenção tem sido dada a esse conceito aplicado à pesquisa.

Katz e Martin (1996) consideram que o fenômeno da colaboração em pesquisa está longe de ser simples, pois pode assumir muitas formas, podendo ir desde a oferta de conselhos e partilhas de conhecimentos até uma participação mais ativa na concepção, coleta, análise e divulgação dos

^(*)Apoio: Capes e CNPq.

Enicéia Gonçalves Mendes. Pós-Doutorado Sorbonne – Université Paris V – René Descartes. Doutora em Psicologia pela Universidade São Paulo (USP). Professora titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil.

Gabriela Tannús-Valadão. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Especial – UFSCar com pós-doutorado no Observatório Nacional de Educação Especial. Pesquisa e publica trabalhos sobre Educação Especial, inclusão escolar, planejamento educacional individualizado, avaliação e colaboração.

Sabrina Mazo D’Affonseca. Professora Programa de Pós-graduação em Educação Especial – UFSCar, pós-doutora em Educação Especial (Bolsista Capes/UFSCar); Doutora em Psicologia pela UFSCar, Mestre em Educação Especial pela UFSCar e graduação em Psicologia pela UFSCar. Pesquisadora do Laprev (UFSCar) e do FOREESP (UFSCar).

estudos. Esses autores consideram que para se avaliar a colaboração em ciência deve-se ir além das tradicionais medidas de coautoria nas produções científicas dos pesquisadores e de seus grupos.

Embora existam diferentes formas de se estabelecer uma colaboração em pesquisa, no presente trabalho o foco será no estabelecimento de redes de colaboração. Uma rede de redes de colaboração em pesquisa pode ser definida como o estabelecimento de um grupo (de pessoas, instituições, agências e/ou empresas), que se contatam de uma forma que pode ser representada graficamente por nós conectados, os quais carregam os mesmos atributos definidores e que tem a intenção comum de produzir conhecimento (LEITE *et al*, 2014).

Em um estudo descritivo realizado por Floriano *et al* (2012) uma rede de pesquisa foi avaliada. Os pesquisadores entrevistaram os líderes de 13 grupos de pesquisa que compunham redes e coletaram informações desses pesquisadores nos currículos Lattes dos mesmos. A matriz avaliativa foi composta por 21 indicadores agrupados em quatro eixos, de acordo com os seguintes objetivos: a) Eixo 1: Consolidação da rede - dinâmica da rede, conexão, relação e mecanismos de interação existentes entre os grupos; b) Eixo 2: Transferência de conhecimento - ações de disseminação e/ou intercâmbio de conhecimento com o governo, empresas e sociedade; c) Eixo 3: Pesquisa - produção científica medida pelo número de publicações de artigos ou livros e projetos em andamento; e d) Eixo 4: Formação de pessoal - potencial da rede em contribuir com a Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) através da formação de novos pesquisadores.

Buscando produzir indicadores para avaliar a colaboração entre pesquisadores, que não reproduzam apenas a quantificação das citações e das coautorias captadas com técnicas bibliométricas e cientométricas, Leite *et al*. (2014) propuseram um modelo com quatro eixos, referentes aos atores da rede, à posição do líder, o alcance da rede (nacional a internacional) e ao poder do líder.

Assim, embora as pesquisas em rede estejam cada vez mais presentes nos atuais modos de investigar, ainda é reduzido o número de estudos que se propõe a avaliar de redes de pesquisa, ou a colaboração ou de parceria em pesquisa. As propostas de avaliação vão desde a apresentação de dados quantitativos, até outras que tentam abordar o processo de produção de conhecimento em contextos coletivos de investigação. No caso do presente relato optou-se por uma metodologia mista, considerando-se que tanto o processo quanto o produto são importantes nessa nova forma de se fazer ciências. Destarte, descreve-se num breve histórico o modo de constituição da rede, e apresentam-se os resultados da experiência do Observatório Nacional de Educação Especial - Oneesp, enfocando os desafios da constituição de uma rede nacional de pesquisa, e retratando em

números o poder de investigação, tanto formativo quanto disseminador das grandes redes de pesquisa.

BREVE HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DO ONEESP

A demanda pela constituição de redes colaborativas de pesquisa em Educação Especial tem emergido com frequência em vários encontros de pesquisadores ao longo dos últimos dez anos no Brasil, e vários grupos interinstitucionais de pesquisa tem sido constituído em busca de parcerias colaborativas de produção de conhecimento. No geral, duas grandes questões têm mobilizado a atenção dos pesquisadores nacionais nos frequentes fóruns de discussão da área de Educação Especial: Como produzir conhecimento para avançar as políticas e práticas de inclusão escolar no país? Como melhorar a articulação entre o conhecimento que vem sendo produzido e as decisões nas políticas educacionais e práticas pedagógicas relacionadas à perspectiva de inclusão escolar?

A ideia de fomentar a implantação de uma rede nacional de pesquisadores da área de Educação Especial, posteriormente denominada como Oneesp, com foco na produção de estudos integrados sobre políticas e práticas direcionadas para a questão da inclusão escolar na realidade brasileira, foi delineada em 2009 quando lançado o Edital do Programa de Apoio à Educação Especial (Proesp/Capes, 2009). O projeto elaborado pelo Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos (GP-Foreesp. Disp.: <<http://www.gpforeesp.ufscar.br/>>), sediado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), foi submetido e aprovado nesse edital e tinha entre uma de suas metas a criação do Oneesp. Entretanto os recursos aprovados foram insuficientes, uma vez que essa chamada pública priorizava a formação de pesquisadores individuais (mestres e doutores) e não projetos de pesquisa em rede. Assim, diante da necessidade de captação de recursos, um novo projeto de pesquisa foi submetido ao Programa Observatório da Educação - Edital 2010 - Fomento a Estudos e Pesquisas em Educação (Edital Nº 38/2010/Capes/Inep), cuja aprovação viabilizou a constituição da rede.

A equipe do Oneesp foi composta inicialmente por 25 pesquisadores, provenientes de 17 estados, representantes de 22 universidades e de 18 programas de pós-graduação. A princípio não havia a intenção de se criar uma rede dessa dimensão, ou mesmo de capilarizá-la para todos os estados brasileiros (MENDES; CIA, 2012). Entretanto, em função do interesse demonstrado pelos pesquisadores, a rede foi se ampliando de modo a incorporar os pesquisadores que estavam motivados a integrar o grupo e a pesquisa até que se julgou conveniente interromper seu crescimento a fim de não a tornar financeiramente inviável.

E assim, nasceu o Oneesp, tendo como meta constituir uma rede colaborativa entre pesquisadores para potencializar a produção de informações substanciais a médio-prazo, e de conhecimentos necessários para melhorar as decisões em matéria de políticas de Inclusão Escolar dos sistemas educacionais, além de oportunizar o compartilhamento de experiências entre pesquisadores para aperfeiçoar a sistemática de produção de conhecimento e de desenvolvimento de pessoal na área de Educação Especial.

O objetivo do Oneesp foi avaliar a política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério de Educação (MEC), publicada em 2008 (BRASIL, 2008), e levou em consideração a proposta do governo brasileiro de priorizar a escolarização do público alvo da Educação Especial (PAEE) em classes comuns das escolas regulares, com apoio do serviço de atendimento educacional especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais (SRM).

Em 2005 o Ministério da Educação lançou o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais para apoiar os sistemas de ensino a criar SRM para a oferta do AEE, complementar ou suplementar à escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2007). Entre os anos de 2005-2011 o governo federal distribuiu 39.301 SRM os municípios brasileiros de todos os estados e no Distrito Federal.

O projeto inaugural do Oneesp se propôs a investigar limites e possibilidades que ofereciam a SRM como serviço de apoio para todos os tipos de alunos do público alvo da Educação Especial como prescrevia a política do ministério de Educação (BRASIL, 2011). O projeto enfocou três eixos para avaliar essa política: a) o processo de avaliação educacional do aluno do público alvo da Educação Especial atendido na SRM (para identificação da elegibilidade, planejamento do ensino e do desempenho acadêmico), b) a formação inicial e continuada dos professores que atuavam nas SRM, e c) a organização e o funcionamento do atendimento educacional especializado nas SRM.

Descrição da pesquisa em rede

A rede de pesquisadores foi constituída no final de 2009, e a investigação teve início em 2010. No âmbito da Federação, foi constituída a rede nacional de pesquisa composta por até três pesquisadores por estado, a fim de trabalhar num grupo menor e viabilizar a participação de todos nos encontros nacionais.

Na esfera dos estados, representantes nacionais estaduais foram responsáveis pela constituição das redes estaduais de seus respectivos estados, convidando outros pesquisadores das universidades interessados em conduzir estudos em alguma localidade. A partir da constituição das

redes estaduais foram definidos os municípios a serem investigados, e a missão dos pesquisadores das redes estaduais foi a de constituir a rede no nível dos municípios, constituída pelos pesquisadores das universidades que integravam a rede estadual e/ou nacional, os professores de SRM e, sempre que possível, os gestores municipais da Educação Especial.

Para favorecer a troca de informações entre os pesquisadores, um site foi desenvolvido contendo todas as informações importantes do projeto (disp.: <<http://www.oneesp.ufscar.br>>), e um e-mail específico foi criado para a comunicação entre os integrantes do grupo de pesquisadores da rede nacional e estaduais.

Após a implementação da rede de pesquisadores do Oneesp, encontros anuais foram organizados para fortalecer a rede e trocar experiências. O primeiro encontro da rede nacional ocorreu em 2011 e contou com a participação de pelo menos um representante de cada rede estadual. Nesse encontro os pesquisadores socializaram os conhecimentos a respeito das diferentes realidades nos estados e se planejou a condução dos estudos locais. Participaram deste encontro 36 pesquisadores da rede nacional, sendo que todos saíram com a missão de negociar o desenvolvimento do projeto nos municípios de interesse, de concluir a constituição das redes municipais, de conduzir os procedimentos éticos para a condução da pesquisa e de caracterizar as políticas de educação inclusiva dos municípios.

Portanto, ao longo do primeiro ano as redes (federal, estadual e municipal) foram constituídas, o projeto foi submetido ao comitê de ética em pesquisas com seres humanos e foi desenvolvido o projeto piloto no primeiro município, no interior do estado de São Paulo, de modo a construir os instrumentos e refinar os procedimentos.

No ano de 2012 foi realizado o segundo encontro, contando com a participação de 45 integrantes. Neste encontro foi estudada e debatida a metodologia dos estudos no contexto dos municípios selecionados pelos pesquisadores das redes estaduais. Adicionalmente, foi definido um cronograma que previa a tentativa de todos concluírem a coleta de dados até o final do ano de 2012, tendo em vista que as eleições municipais poderiam mudar o panorama das gestões nos municípios. A partir daí teve início a realização dos estudos no âmbito dos municípios, sendo que a primeira etapa envolvia entrevista com os gestores, análise de documentos oficiais estaduais e locais, e análise de indicadores do censo escolar da Educação Especial.

Em seguida teve início a etapa de investigação-formação com os professores que atuavam nas SRM. O estudo baseou-se na pesquisa do tipo colaborativa, que em sua acepção original,

significa fazer pesquisa “com” os professores e não “sobre” eles (LIEBERMAN, 1986). A pesquisa colaborativa se insere no conjunto de práticas de pesquisa de caráter participativo, e têm dois ângulos. De uma parte, tem-se a ênfase no desenvolvimento profissional dos professores, e aqui se trata, especificamente, de formação continuada para encorajar os professores a examinarem suas próprias práticas, refiná-las, e se mobilizarem em torno dos problemas que enfrentam na realidade escolar contemporânea etc. De outra parte, ao insistir na reaproximação entre pesquisadores-professores universitários e professores práticos, o estudo direcionou-se para reduzir o fosso entre teoria e prática, entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos para a ação.

Vale destacar que um documento, explicitando todos os aspectos metodológicos e contendo os instrumentos de pesquisa, foi disponibilizado aos pesquisadores. Desse modo, ao longo de 2012 e 2013, os pesquisadores conduziram uma série de encontros reflexivos com os professores de SRM, para realização de grupos focais sobre os eixos temáticos contemplados no projeto (avaliação do aluno, formação dos professores e organização e funcionamento do AEE).

No ano de 2013, foi realizado o terceiro encontro da rede nacional, contando com a participação de 88 integrantes. Neste momento, foi possível divulgar os primeiros resultados dos estudos no âmbito dos municípios, e foi produzido um cd-rom com 64 trabalhos completos relacionados ao projeto, enviados pelos integrantes do Oneesp. Os integrantes saíram deste encontro com a missão de concluir os encontros, finalizar as transcrições das entrevistas com os grupos focais e iniciar a fase de análise de dados organizada em torno dos três eixos temáticos.

Em 2014 foi realizado o quarto encontro da rede nacional, que teve como objetivo principal sistematizar e socializar os resultados obtidos. Nesse encontro participaram cerca de 70 pesquisadores. Atendendo a uma demanda coletivamente instituída, os resultados foram apresentados cerca de 70 trabalhos completos em nove sessões de Grupos de Trabalho organizados com base nos três eixos norteadores do estudo. Além disso, foi produzido um cd-rom que possuía todos os trabalhos apresentados no encontro.

Concluída essa etapa foi finalizada uma *survey online*, de âmbito nacional, para coletar dados com cerca 1.200 professores de SRM de todo o país, a fim de triangular com os outros tipos de dados baseados em entrevistas com gestores e professores.

OS DESAFIOS DURANTE O PROCESSO DE PESQUISA EM REDE

É consenso entre os pesquisadores do Oneesp de que o movimento mundial pela Inclusão Escolar é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. O imperativo moral atual, na opinião dos pesquisadores dessa rede, é de garantir que os estudantes do PAEE sejam escolarizados em classes comuns das escolas regulares. Entretanto, embora não se questione esse direito, as opiniões sobre como atingir essas intenções não têm sido nem consensuais e nem simples, pois, ainda que se constatem avanços legais, continua existindo uma profunda divisão em várias questões que compõem a base das controvérsias do debate contemporâneo sobre a Educação Especial.

Entre os adeptos da filosofia de inclusão escolar há, por exemplo, um lado que advoga a colocação de todos os estudantes, independente do grau e tipo de incapacidade, na classe comum e a eliminação total do atual modelo baseado num contínuo de serviços de apoio de ensino especial. Há um outro extremo que considera que a melhor colocação seria sempre na classe comum, embora se admita possibilidade de serviços de suportes, ou mesmo ambientes diferenciados (classes de recursos, classes especiais parciais ou autocontidas, escolas especiais ou residenciais). Essas duas tendências dão origem a diferentes opiniões sobre quem deve ser o público alvo das SRM, como eles devem ser avaliados, como deve ser a formação dos professores que nelas atuarão, como o serviços devem ser organizado, etc.

Enfim, existem diferentes entendimentos acerca de como deve ser a política de Inclusão Escolar entre os pesquisadores acadêmicos brasileiros, o que implica em diferentes concepções (compreensões/pontos de vista/discursos/ produções intelectuais) sobre a escolarização do PAEE (MENDES, 2006). No processo de constituição da rede de pesquisa, desde o início do projeto, foram identificadas divergências entre os pesquisadores em relação a vários pontos sobre o como essa política deveria ser conduzida, e as tentativas iniciais de se buscar algum consenso sobre esses pontos se mostraram complexas e infrutíferas.

Logo, embora o debate sobre Inclusão Escolar se alastre, relativamente poucos pesquisadores têm participado ativamente desse assunto, e alguns inclusive sequer percebem as divergências teóricas. Isso acontece em grande medida porque se têm pouca exposição à base de conhecimento e ao vocabulário requeridos para engajamento com os conceitos essenciais que poderiam oferecer perspectivas alternativas para se pensar políticas.

A partir dessa constatação dois caminhos poderiam ser tomados. Um deles consistia em aprofundar o debate teórico entre os pesquisadores, e o outro em deixar os referenciais teóricos dos pesquisadores de lado nesse momento e partir para coletar os dados. O grupo de pesquisadores analisou a situação e acatou a proposta de se continuar o estudo sem tentar afinar essas diferenças teóricas, considerando-se que não havia divergências em relação à importância e viabilidade do objetivo do estudo nem em relação a seus aspectos metodológicos.

Assim, considerando-se que o debate sobre essas diferenças levaria tempo e isso atrasaria a coleta de dados do estudo planejado, e que esse debate poderia conduzir a uma divisão do grupo antes mesmo que a investigação fosse iniciada, foi assumido pelo grupo continuar a coleta de dados e retornar a essa discussão no momento da interpretação dos resultados, quando então as diferenças nos referenciais teóricos assumidos pelos pesquisadores viriam necessariamente à tona.

O segundo maior desafio foi de ordem financeira, uma vez que a rede estava cada vez maior e isso exigia mais recursos financeiros. Para solucionar parte desse desafio novos projetos foram submetidos aos editais da Chamada Universal do CNPq 2012 e 2014, e a obtenção desses recursos foram suficientes para viabilizar a participação de um número maior de pesquisadores nos encontros anuais da rede nacional. Adicionalmente, quatro outros encontros foram, também, realizados em eventos nacionais da área, aproveitando a presença de pesquisadores do Oneesp nessas ocasiões.

O PODER INVESTIGATIVO DAS GRANDES REDES DE PESQUISA

No total foram conduzidos no âmbito do Oneesp estudos em 56 municípios de 17 estados brasileiros (Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Paraíba, Paraná), gerando uma grande quantidade de informações e dados, o que é próprio de pesquisas em rede, trazendo um novo desafio - como analisar e interpretar todos os dados produzidos. A solução encontrada foi atribuir a cada pesquisador a responsabilidade de analisar e interpretar seus próprios dados usando o referencial teórico de preferência. A socialização do produto final, na forma de relatos de pesquisa, foi feita nos dois encontros finais da nacional.

Os relatos individuais dos estudos locais evidenciaram que os pesquisadores desenvolveram formas particulares de analisar, interpretar e discutir seus dados, em função dos diversos níveis de experiências e da multiplicidade de abordagens teóricas adotadas. Tal diversidade, a princípio,

dificultou a extração de conclusões que fossem minimamente consensuais sobre os possíveis caminhos para o avanço na política de Educação Especial no Brasil, e evidenciou a necessidade de aprofundar o debate teórico sobre a filosofia de inclusão escolar. Os resultados dos relatos dos estudos nos contextos locais relativos aos três eixos norteadores da pesquisa podem ser encontrados em três obras publicadas (MENDES; CIA; D´AFFONSECA, 2015; MENDES; CIA; CABRAL, 2015; MENDES; CIA; TANNÚS-VALADÃO, 2015).

Os dados coletados foram centralizados pela coordenação do projeto num servidor contendo o banco de dados composto por:

1) Cerca de 300 documentos analisados para se traçar o estado da arte do tema no estudo, dos quais 30 eram documentos oficiais do Ministério da Educação que regiam a política nacional de Educação Especial, 18 artigos em periódicos, 70 dissertações e teses e 180 artigos publicados em nacional evento científicos sobre o assunto;

2) Arquivos envolvendo aproximadamente de 5.000 páginas de dados referentes aos relatos obtidos por meio de reuniões com grupos focais com mais de 400 professores dos 56 municípios, que foram transcritos e digitalizados em um arquivo eletrônico;

3) Arquivo de 500 páginas de relatos obtidos em entrevistas com 36 gestores municipais, transcritas e digitadas em arquivo eletrônico e;

4) Aproximadamente 1.200 formulários preenchidos numa *survey online* para professores de SRM de todo o país

Assim, o estudo gerou uma enorme base de dados qualitativos, cuja análise e discussão desafiam os pesquisadores envolvidos. Parte do desafio da análise reside na enorme quantidade de dados qualitativos gerados pelo projeto, o que é típico de pesquisas em rede, e outra parte refere-se a tentativa de ir além das análises individuais dos pesquisadores e desenvolver outras formas de análise, o que requer desenvolvimento de procedimentos computadorizados que permitam padronizar o tratamento e facilitar o processamento dessa quantidade de dados.

Em relação a discussão dos dados, a dificuldade está nas diferentes concepções dos pesquisadores que compõem o Oneesp sobre como deve ser a política de Inclusão Escolar em nosso país, sendo este assunto dos dissensos e consensos. Nesse sentido, um encontro dos pesquisadores foi realizado no presente ano (2016), e outro está previsto para o próximo ano, cujo foco é, exclusivamente, aprofundar esse debate sobre as divergências teóricas.

O poder formativo das grandes redes de pesquisa

Os dados quantitativos apresentados nessa seção e na próxima foram extraídos de duas fontes, a saber:

a) Dos quatro relatórios anuais do Projeto Oneesp disponíveis no site <<http://www.oneesp.ufscar.br/publicacao-do-oneesp>>.

b) Dos Currículos Lattes dos 219 pesquisadores envolvidos no projeto ao longo dos quatro anos.

A busca por dados nos currículos foi feita para o período de 2010-2016, e utilizando-se os seguintes descritores: Inclusão Escolar, Educação Inclusiva, sala de recursos multifuncionais, atendimento educacional especializado, avaliação do público alvo da Educação Especial, formação de professores e organização do atendimento educacional especializado.

Os resultados identificam 13 marcadores/indicadores quantitativos para avaliação de processos formativos de pesquisa em rede, a saber: 1. Formação de estudantes (1.a. graduação, 1.b. pós-graduação, 1.c. especialização, 1.d. graduação envolvidos em Programas de Incentivo a Docência – PIBID); 2. Formação por mentoria–pesquisadores seniores e iniciantes (2.a. pesquisadores da rede nacional, 2.b. pesquisadores das redes estaduais, 2.c. pesquisadores colaboradores, e 2.d. pesquisadores em estágio de pós-doutorado); e 3. Orientações ou supervisões concluídas (3.a. iniciação científica, 3.b. trabalho de conclusão de curso, 3.c. mestrado, 3.d. doutorado, 3.e. pós-doutorado).

A Tabela 1 apresenta o número de estudantes envolvidos no projeto ao longo dos quatro anos.

Tabela 1. Número de estudantes (doutorado, mestrado, iniciação científica, outros programas) participantes ao longo dos quatro anos de duração (2011-2014) do Projeto Oneesp.

	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Estudantes de graduação	89	124	106	106	425
Estudantes de pós-graduação	55	67	42	42	206
Estudantes de especialização	0	0	3	3	6
Estudantes de graduação envolvidos em Programas de Incentivo a Docência (PIBID)	0	37	25	25	87
TOTAL	144	228	176	176	724

Fonte: Compilado pelos autores a partir dos relatórios anuais do Projeto Oneesp (<<http://www.oneesp.ufscar.br/publicacao-do-oneesp>>) e Currículo Lattes dos 219 pesquisadores.

A Tabela 1 indica que 724 estudantes participaram do projeto ao longo dos quatro anos, sendo que o número de estudantes participantes por ano variou de 144 a 228. O número maior de estudantes participantes em 2012 pode ser explicado pela intensificação da etapa de coleta de dados. O envolvimento de estudantes de graduação que participavam do PIBID foi destacado a fim de evidenciar que, em algumas universidades, esses programas foram criados a fim de responder a demandas de formação identificadas a partir do Projeto Oneesp.

A Tabela 2 apresenta os números de pesquisadores envolvidos ao longo dos quatro anos do projeto nos vários níveis da rede (nacional, estadual e municipal), lembrando que da rede nacional participaram até três pesquisadores por estado. Os pesquisadores das redes estaduais e municipais foram os responsáveis pela condução dos estudos nos municípios, e os pesquisadores colaboradores eram, também, professores de universidade que contribuíram para o projeto, mas sem responsabilidade direta pela condução dos estudos.

Tabela 2. Formação por mentoria – Número de pesquisadores seniores e iniciantes participantes ao longo dos quatro anos de duração (2011-2014) do Projeto Oneesp

	2011	2012	2013	2014
Rede nacional	46	48	47	48
Redes estaduais	39	69	46	56
Pesquisadores colaboradores	15	11	12	16
Pesquisadores em estágio de pós-doutorado	2	3	8	10
TOTAL	102	131	113	130

Fonte: Compilado pelos autores a partir dos relatórios anuais do Projeto Oneesp (<<http://www.oneesp.ufscar.br/publicacao-do-oneesp>>) e Currículo Lattes dos 219 pesquisadores.

Da rede nacional participaram 48 pesquisadores, havendo ao longo do processo apenas duas desistências, uma pelo falecimento do coordenador, outra por mudança de estado e universidade da pesquisadora. Os demais integrantes da rede nacional permaneceram no projeto ao longo dos quatro anos. No âmbito das redes estaduais e no conjunto dos pesquisadores colaboradores, houve maior movimentação nos ingressos e saídas ao longo dos quatro anos, mas a maioria dos pesquisadores permaneceu no projeto. Além disso, o projeto recebeu dez pesquisadores em estágio de pós-doutorado. Ao longo dos quatro anos, considerando todos que participaram do projeto foram 219 diferentes pesquisadores, tendo esse número variado de 113 (2013) a 138 (2011) em cada ano.

A Tabela 3 apresenta os números de orientações vinculadas ao Projeto Oneesp concluídas desde o início do projeto (2010) até o presente.

Tabela 3. Orientações e Supervisões concluídas vinculadas ao Projeto Oneesp

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Iniciação científica	8	10	25	13	23	6	7	92
Trabalho de conclusão de curso	46	30	40	52	55	25	11	259
Monografia	34	31	41	17	9	14	5	151
Outra natureza	1	20	4	11	5	0	1	42
Mestrado	11	17	19	27	28	11	9	122
Doutorado	6	5	8	7	6	7	7	46
Pós-doutorado	1	0	2	2	2	1	2	10
TOTAL	107	113	139	129	128	64	42	722

Fonte: Compilado pelos autores a partir dos currículos dos 219 pesquisadores do Projeto Oneesp (<<http://www.oneesp.ufscar.br/publicacao-do-oneesp>>).

Ao todo foram concluídas 722 orientações, 544 de estudantes de graduação (iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, monografia e orientações/supervisões de outra natureza), 122 dissertações de mestrado, 46 teses de doutorado, além de dez supervisões de pós-doutorado.

Em relação à formação por translação do conhecimento o projeto proporcionou ainda formação continuada para professores e gestores de redes educacionais decorrente da metodologia de pesquisa (colaborativa). Ao todo foram registrados nos relatórios anuais a participação de 445 professores de salas de recursos multifuncionais nos encontros reflexivos além de 36 gestores de educação inclusiva.

O PODER DISSEMINATIVO DAS GRANDES REDES DE PESQUISA

Com a finalidade de estimar o poder disseminativo do Projeto Oneesp, para além das atividades de formação, foram levantados, também, os indicadores de produção científica em termos de publicação, tomando como base o currículo dos 219 pesquisadores participantes. A Tabela 4 apresenta os resultados em termos de publicações em seus diferentes produtos, desde o início do projeto.

Tabela 5. Produção científica anual vinculada ao projeto Oneesp

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Apostila	0	12	0	8	4	0	0	24
Artigos	1	13	10	13	19	39	18	113
Livros\Organização de livros	1	14	11	17	12	16	5	76
Capítulos de livros	8	35	40	27	43	109	9	271
Trabalhos completos em anais	21	63	112	111	117	29	4	457

Resumos expandidos	3	12	10	8	8	5	0	46
Resumos	7	11	25	24	13	6	0	86
TOTAL	41	160	208	208	216	204	36	1073

Fonte: Compilado pelos autores a partir dos currículos dos 219 pesquisadores do Projeto Oneesp (<<http://www.oneesp.ufscar.br/publicacao-do-oneesp>>).

O projeto serviu de base para a publicação de 1073 produtos ao longo dos últimos seis anos. A produção anual variou de 36 (2016) a 216 (2014) publicações anuais, sendo que as menores produções foram nos anos iniciais (2010) e finais (2016). Destaca-se ainda que mesmo depois de concluído em 2014 o projeto continuou gerando publicações para disseminar seus resultados. A maior parte da produção científica do projeto foi através de apresentação de trabalhos em eventos (589 publicações, equivalente a 55% das produções), seguido pela publicação de capítulos de livros (271 ou 25%) ou livros (76 ou 7%), artigos (113 ou 10,5%) e apostilas (24 ou 2,5%).

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO

Embora o foco do presente artigo não seja o de apresentar os resultados do projeto em termos do estudo em rede sobre a política nacional de implantação das SRM, uma breve síntese dos resultados será apresentada considerando-se que esse aspecto também permite avaliar o impacto principal do projeto.

No tocante ao primeiro eixo temático, as evidências indicaram que a questão da avaliação educacional dos alunos do PAEE, ainda, é um aspecto que causa muitas inquietações nos profissionais da escola (MENDES; CIA; D’AFFONSECA, 2015). Muitas foram as dúvidas, incertezas e práticas sobre como identificar esses estudantes, fosse para decidir quem era o aluno do PAEE, como avaliar para planejar seu ensino e como a escola poderia acompanhar seu desempenho.

Em relação ao segundo eixo temático, os pesquisadores do ONEESP estavam interessados, também, em conhecer quem eram os professores que estavam assumindo as SRM, que perfil de formação eles tinham, quais demandas de formação eles apresentavam e se eles se sentiam aptos a atuar nas SRM. A partir dos resultados dos estudos realizados, foi possível concluir que, tanto a questão da quantidade de professores especializados disponíveis nos diferentes contextos, quanto a qualidade da formação proporcionada a esses professores, são aspectos problemáticos da atual política de Educação Especial brasileira (MENDES; CIA; CABRAL, 2015):

Quanto ao terceiro eixo temático os dados indicaram que, apesar do direito ao AEE estar garantido na letra da lei, de fato, a maioria desses estudantes ainda permanece, exclusivamente, em

classes comuns e constatou-se ainda que haja predominância no atendimento para alunos identificados como tendo deficiência intelectual (DI) e que frequentam, majoritariamente, turmas de ensino fundamental. Sobre a organização e o funcionamento do AEE nas SRM constatou-se que as práticas no AEE são variadas e dependem da compreensão que os professores têm desse serviço, a SRM, e que de uma maneira geral, esse atendimento não conseguia responder, durante uma ou duas horas de atendimento, em turno alternado, às necessidades diferenciadas das mais variadas crianças, que, em geral, chegavam à escola somente aos seis anos de idade, sem requisitos mínimos e já com atrasos consideráveis no desenvolvimento (MENDES; CIA; TANNÚS-VALADÃO, 2015).

Em relação aos principais achados, em termos da relação entre a política federal e no contexto dos municípios e estados, até o presente estes evidenciam que, apesar dos instrumentos que forçam uma padronização da política de inclusão escolar pelo Ministério de Educação, como apontam Bowe e Ball (1992), no contexto dos municípios e estados essa política acaba sofrendo múltiplas traduções e interpretações em vários níveis, de modo que as políticas locais acabam assumindo diferentes contornos, seja entre estados, seja entre municípios de um mesmo estado, ou seja, entre diferentes escolas de uma mesmo município.

Até o presente os impactos preliminares obtidos não deixam de ser surpreendentes e extrapolam o que era esperado para os quatro anos de trabalho, pois a constituição da rede do Oneesp contribuiu para:

- 1) Avançar as políticas municipais de inclusão escolar locais a partir da coleta e sistematização de informações que subsidiem tomadas de decisões, permitindo, por exemplo, identificar demandas para a formação de professores, limites e possibilidades das salas SRM, monitoração do desempenho dos alunos da população alvo da Educação Especial na escola etc.;
- 2) Estreitar os laços entre as Universidades e as Secretarias Municipais de Educação ampliando as oportunidades de a universidade produzir conhecimento que contribua para avançar políticas e práticas;
- 3) Prover formação continuada para professores especializados que atuam em salas de recursos de escolas públicas;
- 4) Prover formação a todos os pesquisadores e estudantes universitários envolvidos em contextos coletivos e colaborativos de produção de conhecimento típicos de redes de pesquisa;

- 5) Prover a oportunidade de intercâmbio e formação entre os integrantes dos grupos de pesquisa das 22 universidades brasileiras que têm a Educação Especial como objeto de estudo, e com isso fortalecer a produção científica nacional na área de Educação Especial; e enfim.
- 6) Ampliar o impacto do conhecimento científico produzido na definição das políticas de inclusão escolar no âmbito dos municípios, nos estados e no país.

Futuramente, o objetivo será desenvolver uma plataforma computacional para analisar os dados textuais e construir coletivamente uma concepção sobre a política de inclusão escolar no contexto brasileiro.

CONCLUSÕES

*Quando se pensa no Projeto Oneesp a primeira associação que ocorre é o fenômeno de “Serendipity” na pesquisa científica. Serendipity, palavra da língua inglesa sem equivalente em português, foi criada por Horace Walpole em 1754 a partir do conto persa infantil intitulado “Os três príncipes de Serendip” (BOYLE, 2000). A história conta as aventuras de três príncipes de Serendip (local que, posteriormente, viria a ser chamado de Ceilão, atualmente Sri Lanka), que viviam fazendo descobertas inesperadas, cujos resultados eles não estavam almejando ou necessariamente buscando. Tomando como base esse conto, na história da ciência o termo *serendipity* tem sido atribuído a uma descoberta e/ou experiência não intencional e/ou inesperada que acontece por acidente e/ou argúcia. Assim, a associação entre serendipity e Oneesp representa uma descoberta surpreendente e incrível, e que ocorreu quase que por acaso, porque os pesquisadores envolvidos demonstraram na prática o significado de colaboração e de como as redes de pesquisa são importantes.*

A disseminação do conhecimento ocorre nas atividades de ensino e nas publicações tanto em produções bibliográficas quanto em eventos, mas um projeto em rede desse tipo vai além da disseminação, pois promove a mobilização do conhecimento que busca a articulação entre a pesquisa, a política e a prática, e, conseqüentemente, promove a produção de conhecimento mais útil e aplicável. O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação tem impulsionado a construção desses ambientes coletivos e colaborativos de investigação.

De acordo com Gallo (s.d.), as condições de produção históricas e ideológicas que estão na sustentação das chamadas redes de pesquisa, no caso do Brasil, vai desde a crise da universidade brasileira até a necessidade do seu alinhamento com fontes externas de fomento.

Katz e Martin (1996) apontam que a escalada dos custos de ciência e a mudança de padrões ou níveis de financiamento têm sido um dos motivos pelos quais os pesquisadores buscam colaboração. Entretanto esses autores destacam que a lista de possíveis fatores contribuintes para a colaboração em pesquisa é quase infinita e, mesmo que alguns desses fatores podem ocorrer mais frequentemente do que outros, a colaboração é um processo intrinsecamente social e, como acontece com qualquer forma de interação humana, é sempre multideterminada, pois há indivíduos envolvidos. Para além do aspecto financeiro os autores apontam que os pesquisadores buscam colaboração porque desejam aumentar sua popularidade científica, visibilidade e reconhecimento, devido às demandas para a racionalização da mão de obra, aos requisitos cada vez mais complexo e, muitas vezes, em grande escala da investigação, a crescente especialização em ciência, ao avanço das disciplinas científicas que demanda do pesquisador cada vez mais a partilha a fim de fazer avanços significativos, a crescente profissionalização da ciência, a necessidade de ganhar experiência ou de formar pesquisadores iniciantes da maneira mais eficaz possível, o crescente desejo de obter a interdisciplinaridade, a necessidade de trabalhar em proximidade física com os outros a fim de beneficiar de suas habilidades e conhecimento, etc.

Enfim, os motivos pelos quais cresce a colaboração em pesquisa são inúmeros assim como as vantagens de se desenvolver projetos em rede, afinal a ciência é uma instituição social onde os avanços dependem crucialmente das interações com outros cientistas e isso pode implicar na criação de redes de colaborações formais e de equipes organizadas. O Observatório Nacional de Educação Especial mostra que se pode avançar mais em termos de produção de conhecimento e nas políticas, mesmo com recursos limitados e muitos desafios, se os pesquisadores estiverem com disposição colaborar na investigação.

REFERÊNCIAS

- BOWE, R.; BALL, S. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.
- BOYLE, Richard. **The Three Princes of Serendip**. 2000. Disp.: <http://livingheritage.org/three_princes.htm>. Acesso em: 27 ago 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disp.: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso: 25 maio 2012.
- _____. Presidência da República. **Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disp.: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato 2011- 2014/ 2011/Decreto/D7611.htm. Acesso: 20 jun. 2014.
- _____. **Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. MEC, SEESP, 2007. Disp.: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf>. Acesso: set. 2014.
- FLORIANO, Fabiana R. *et al.* Avaliação de desempenho de redes de pesquisa: o Caso do Instituto Nacional de Ciência, Inovação e Tecnologia em Saúde (INCT/Citecs). In: **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 30, n. especial, p. 143-154, set. 2012.
- GALLO, Solange L. **Redes de pesquisa e a produção de conhecimento científico**. (s.d.). Disp.: <<http://dln.fflch.usp.br/sites/dln.fflch.usp.br/files/Solange%20Gallo.pdf>>. Acesso: 02 ago 2016.
- KATZ, J. Sylvan; MARTIN, Ben R. (1996). What is research collaboration? In: **Research Policy** 26, p. 1-18, 1997.
- LEITE, Denise *et al.* Avaliação de redes de pesquisa e colaboração. In: **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba ,v. 19, n. 1 ,p. 291-312, Mar. 2014. |Disp.: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000100014&lng=en&nrm=iso>. ACESS: 02 aug. 2016.
- LIEBERMAN, A. (1986). Collaborative research: Working with, not working on. In: **Educational Leadership**, 43 (5), p. 9-32, 1986.
- MENDES, Enicéia G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, v. 11, p. 387-405, 2006.
- MENDES, Enicéia G.; CIA, Fabiana. Constituição de uma rede colaborativa de pesquisa: o Observatório Nacional de Educação Especial (Oneesp). In: *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, v. 34, p. 13-29, 2012.
- MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana, D’AFFONSECA, Sabrina Mazo. (Orgs.). **Inclusão escolar e a avaliação do público alvo da educação especial**. Marília, SP: ABPEE, 2015. v. 2.
- _____; CIA, F.; CABRAL, L.S. Amâncio (Orgs.). **Inclusão escolar e os desafios para a formação de professores em educação especial**. Marília, SP: ABPEE, 2015. v. 3.
- _____; CIA, F.; TANNÚS-VALADÃO, G.)Org._____. **Inclusão escolar em foco: organização e funcionamento do atendimento educacional especializado**. Marília: ABPEE. 2015. v. 4.
- OBSERVATÓRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Observatório nacional de educação especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns. São Carlos: ONEESP, 2015. Disp.: <<http://www.oneesp.ufscar.br/publicacao-do-oneesp>>. Acesso: 25 jul. 2016.

RESUMO

Embora as pesquisas em rede estejam cada vez mais presentes nos atuais modos de se fazer ciência ainda é reduzido o número de estudos que se propõe a avaliar tais parcerias em pesquisa. O presente relato tem como foco o Observatório Nacional de Educação Especial, uma rede de pesquisa em larga escala envolvendo 219 pesquisadores que conduziram um estudo nacional sobre o programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais para oferta do atendimento educacional especializado para o público alvo da Educação Especial. Aborda-se o processo de constituição, de condução da investigação, os desafios, os principais achados e os impactos (na investigação, formação e disseminação) a fim de se mostrar o potencial das grandes redes de pesquisa.

Palavras-chave: Educação Especial, Observatório Nacional de Educação Especial, Política Educacional, Pesquisa em Rede.

RESEARCH NETWORKS' IMPACTS AND CHALLENGES: THE CASE OF THE OBSERVATORY NATIONAL SPECIAL EDUCATION**ABSTRACT**

Although network research are increasingly present in the current ways of doing science nowadays it is still reduced the number of studies that aims to evaluate such partnerships in research. This report focuses on the National Centre for Special Education, a large scale research network involving 219 researchers who conducted a national study about the implementation of Multifunctional Resource Rooms program to offer specialized educational services for Special Education target audience. It addresses the process of designing and conducting the research, the challenges and the main findings and impacts (on research, training and dissemination) in order to show the potential of large research networks.

Keywords: Special Education, National Centre for Special Education, Educational Policy, Network Research.